



BUSINESS & HUMAN RIGHTS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA

Maputo, 3 de Novembro de 2023

Número 17

Português | www.cddmoz.org

Mapeamento da Legislação Moçambicana Relativa às Empresas e Direitos Humanos

- No âmbito do projecto “Promoção dos Direitos Humanos no Ambiente de Negócios e Actuação do Sector Judicial no Norte de Moçambique”, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), em parceria com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), realizou no dia 25 de Outubro de 2023, na Cidade de Maputo, uma reunião de apresentação do “Mapeamento da Legislação Moçambicana Relativa às Empresas e Direitos Humanos”. Este mapeamento visa estabelecer uma base para uma agenda de defesa que fortaleça a protecção dos direitos humanos pelo Estado, promova a responsabilização das empresas em prol do respeito pelos direitos humanos e garanta o acesso aos mecanismos de reparação para as comunidades afectadas.





O nosso sistema de administração da justiça deve ser inclusivo, acessível e capaz de enfrentar os desafios significativos na promoção e no respeito pelos direitos humanos. Portanto, a reforma legal da justiça deve ser uma prioridade para todos nós, especialmente com o objectivo de harmonizar, sistematizar e divulgar o quadro legal central relacionado com os direitos humanos e negócios.



O projecto “Promoção dos Direitos Humanos em Ambiente de Negócios e Actuação do Sector Judicial no Norte de Moçambique” visa contribuir para o fortalecimento das capacidades de actuação dos provedores de justiça, defensores de direitos humanos, empresas e demais actores em matérias de direitos humanos no ambiente de negócios. Trata-se de uma iniciativa que surge num contexto em que a violação de direitos humanos nas empresas, principalmente em projectos da indústria extractiva, é uma realidade em Moçambique.



Na sua intervenção, Justino Ernesto Tonela, Secretário Permanente do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, destacou a importância da promoção dos direitos humanos e da igualdade perante a lei, salientando que Moçambique ratificou diversos documentos e leis relevantes, incluindo a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, juntamente com outros instrumentos jurídicos. Secretário Permanente do Ministério da Justiça reconheceu que a violação dos direitos humanos por parte das empresas da indústria extractiva representa uma clara negação do direito ao desenvolvimento das comunidades locais.

“O nosso sistema de administração da justiça deve ser inclusivo, acessível e capaz de enfrentar os desafios significativos na promoção e no respeito pelos direitos humanos. Portanto, a reforma legal da justiça deve ser uma prioridade para todos nós, especialmente com o objectivo de harmonizar, sistematizar e divulgar o quadro legal central relacionado com os direitos humanos e negócios”.

Além da reforma legal, Justino Tonela destacou a importância da actualização do Guia Nacional de Direitos Humanos e Negócios a fim de obter uma visão sistematizada que todas as empresas devem observar.



Em representação da Embaixada da Suíça em Moçambique, Maurício Sulila sublinhou o compromisso do governo suíço com os direitos humanos nos negócios através de vários projectos, com destaque para o da “Promoção dos Direitos Humanos em Ambiente de Negócios e Actuação do Setor Judicial no Norte de Moçambique”. Para o representante da Embaixada da Suíça, as empresas extractivas, o Governo e as organizações da sociedade civil devem trabalhar de forma coordenada para promover os direitos humanos no ambiente de negócios, colocando o respeito pelos direitos humanos como uma prioridade colectiva.

Além disso, Maurício Sulila lembrou a importância do papel do sistema de administração da justiça na garantia de mecanismos de reparação em caso de violações de direitos humanos no contexto empresarial. “Portanto, é entendimento da Cooperação Suíça que o Governo é o principal actor de protecção dos direitos humanos; as empresas devem respeitar os direitos humanos e o sistema da administração da justiça actua na defesa dos direitos humanos”.



O Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Luís Bitone, defendeu que o “Mapeamento da Legislação Moçambicana Relativa às Empresas e Direitos Humanos” é um documento essencial para consciencializar a sociedade sobre a intersecção entre negócios e direitos humanos. E fez notar que a consciência da sociedade moçambicana, tanto no sector público quanto no privado, é bastante baixa em relação ao tema de negócios e direitos humanos. “Muitas empresas nacionais não incluem direitos humanos em suas administrações e políticas internas”.

O mapeamento serve também como uma linha de base para as políticas do país. “Um dos pressupostos para que uma política seja eficaz e eficiente é compreendermos primeiro a nossa posição actual. Esse mapeamento indicará o que alcançamos até agora, para onde vamos, com quais recursos contamos e quais as reformas que podemos implementar.”

Embora Moçambique tenha adoptado diversos instrumentos internacionais sobre direitos humanos, as suas políticas ainda não estão alinhadas com esses padrões globais. “Portanto, o mapeamento realizado pelo CDD serve como um instrumento para nos orientar nas reformas que estamos implementando, permitindo que nos alinhemos com os padrões internacionais”.



Aquinaldo Mandlate, representante da TotalEnergies, destacou o facto do documento de “Mapeamento da Legislação Moçambicana Relativa às Empresas e Direitos Humanos” abordar o dever do Estado de promover o respeito pelos direitos humanos pelas empresas em áreas afectadas por conflitos, lembrando que são áreas muitas vezes de difícil acesso, com poucas instituições e poucos actores capazes de lá chegar.

No que diz respeito ao conteúdo, Aquinaldo Mandlate disse que o documento fornece uma visão geral dos instrumentos internacionais e regionais, bem como da legislação nacional sobre negócios e direitos humanos em Moçambique. “O CDD foi além do simples mapeamento legislativo, pois o documento não se limita a uma análise legal, mas contém informações muito mais abrangentes. É um documento que auxilia as empresas a compreender quais são os instrumentos nacionais sobre direitos humanos e negócios”.



Na sua intervenção, Edson Chichongue, Director Executivo da Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS), expressou o seu reconhecimento pelos esforços do CDD na promoção dos direitos humanos e disse que o mapeamento fornece um retrato fiel da situação da protecção e preservação dos direitos humanos no sector privado. No entanto, defendeu a necessidade de diferenciar o sector privado, desde as multinacionais até às micro empresas e o sector informal.

Para o Director Executivo da ACIS, o Governo não está a fazer os esforços suficientes para legislar sobre questões de direitos humanos no contexto dos negócios. Enquanto as empresas multinacionais são obrigadas a implementar uma agenda de sustentabilidade em seus países de origem, essas mesmas obrigações não são necessariamente reflectidas em Moçambique.

“Muitas vezes, os relatórios não são apresentados no nosso país, o que faz com que as empresas multinacionais se sintam mais comprometidas em garantir práticas responsáveis no exterior do que necessariamente com o Governo moçambicano. O Estado moçambicano deve legislar para impor obrigações às empresas multinacionais no que diz respeito a questões de direitos humanos”.

Edson Chichongue defendeu ainda que as empresas multinacionais têm a capacidade de garantir o direito ao desenvolvimento. “Elas podem contratar mão-de-obra local e investir em serviços prestados por micro empresas locais”.



Pedro Baltazar, representante da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), reconheceu o comprometimento de Moçambique na produção de legislação sobre direitos humanos, destacando que o país tem cumprido com suas obrigações. “As empresas têm um grande poder para influenciar directamente a vida das pessoas, e todos têm direito à vida e ao bem-estar. Portanto, é crucial estabelecer uma relação triangular entre empresas, Estado e comunidades”.

Entretanto, alertou que embora Moçambique tenha aprovado leis e adoptado vários tratados, muitas vezes essas normas não são efectivamente cumpridas e implementadas. Por isso, defendeu, é importante evitar a criação de uma “torrente legislativa” no contexto de negócios e direitos humanos, onde a legislação não é seguida na prática.

Pedro Baltazar referiu que os locais de conflito são frequentemente os que registam maiores violações de direitos humanos, pelo que é importante garantir que empresas que operam nesses contextos não se envolvam em abusos dessa natureza. “Além de punir, o Estado deve desempenhar um papel fundamental na assistência, mitigação e prevenção dessas violações”, concluiu.



Ângelo Paúnde, Director Nacional da Direcção Nacional de Direitos Humanos e Cidadania, também defendeu a importância do “Mapeamento da Legislação Moçambicana Relativa às Empresas e Direitos Humanos”, anotando que, embora a matéria seja relativamente nova, ela é extremamente relevante. “A Constituição de Moçambique defende os direitos humanos, mas no contexto dos negócios, ainda há espaço para melhorias a fim de estar em conformidade com as normas internacionais de negócios e direitos humanos. É responsabilidade do Governo alinhar a legislação nessa área e promover o cumprimento das normas”.

O Director Nacional da Direcção Nacional de Direitos Humanos e Cidadania referiu que Moçambique tem sido alvo de revisões periódicas, nas quais o Governo deve prestar contas sobre questões relacionadas com direitos humanos no contexto de negócios, bem como sobre a actuação do Estado. “Portanto, a inclusão do sector privado e da sociedade civil nesses fóruns visa fortalecer o papel do Estado na implementação do Guião sobre essa matéria”.

O “Mapeamento da Legislação Moçambicana Relativa às Empresas e Direitos Humanos” serve, nas suas palavras, de oportunidade para lembrar ao Estado sobre as suas responsabilidades de respeitar os direitos humanos e promover as boas práticas das empresas. “Toda a sociedade sai ganhando quando os direitos humanos são respeitados”.



A Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados de Moçambique, Ferosa Zacarias, congratulou o CDD pelo “Mapeamento da Legislação Moçambicana Relativa às Empresas e Direitos Humanos” e manifestou a abertura da Ordem dos Advogados e da Comissão que preside em fazer parte do processo de aprimoramento do documento. Manifestou ainda o interesse participar na actualização do Guia de Negócios e Direitos Humanos.

Mencionou o trabalho significativo que a Ordem dos Advogados tem realizado na monitoria da situação dos direitos humanos no contexto de negócios e empresas em vários níveis. O trabalho inclui a assistência jurídica quando ocorrem violações dos direitos humanos.



Na sua intervenção, o Prof. Adriano Nuvunga, Director Executivo do CDD, destacou a responsabilidade tanto do Governo quanto do sector empresarial em relação ao respeito pelos direitos humanos, enfatizando igualmente a importância do desenvolvimento das comunidades. No contexto de direitos humanos e negócios, os

lucros e as receitas também devem contribuir para o desenvolvimento das comunidades. “Esta plataforma não se restringe apenas a soluções formais, nem tem o único propósito de aumentar a consciencialização sobre direitos humanos. Ela também se concentra na necessidade de promover o desenvolvimento comunitário.”

Para o Prof Adriano Nuvunga, não pode haver dignidade se as pessoas não têm acesso a alimentos; não pode haver dignidade se as pessoas, especialmente aquelas que vivem nas comunidades afectadas pelo sector extractivo, não têm liberdade para circular, não têm ar para respirar, e não recebem compensação adequada quando suas terras são desapropriadas. “Isso só é possível quando temos uma legislação que garanta que as empresas operem em um contexto em que os direitos das comunidades sejam atendidos e respeitados. Portanto, também é crucial considerar a licença das pessoas e a vontade das comunidades, permitindo que essas empresas operem”.






INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Hélio Siteo
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

